

Desertificação em Portugal - Percepção Pública

Maria José ROXO
Pedro Cortesão Casimiro

mj.roxo@zmail.pt
pjcc.casimiro@sapo.pt

Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Introdução

Pela sua complexidade, o fenómeno da Desertificação é de difícil percepção para o cidadão comum e, também frequentemente, para as populações afectadas. Contudo, as pessoas vão tendo gradualmente noção do grau de degradação que os solos e ecossistemas apresentam, mas não o relacionam com o fenómeno de Desertificação.

Na realidade a sociedade tem sido informada deste grave problema ambiental através dos *media*, tendo construído uma imagem baseada exclusivamente na informação transmitida, particularmente durante anos de seca ou quando, por razões políticas, se torna conveniente usar o termo Desertificação, mesmo que o seu uso seja claramente diferente do conceito subjacente.

De acordo com a UNCCD (United Nations Convention to Combat Desertification), a definição de Desertificação mais correcta é: a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultante de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas.

No seguimento dos estudos desenvolvidos no projecto de investigação Medalus ⁽¹⁾, financiado pela União Europeia, onde se equacionaram as causas e consequências Desertificação em Portugal, tornou-se essencial conhecer a percepção que o público em geral tinha sobre este fenómeno. Este aspecto veio a constituir um dos pontos fundamentais do projecto Desertlinks ⁽²⁾, cujos objectivos principais são a identificação de medidas de mitigação ao fenómeno. Ambos os projectos têm particular incidência no Baixo Alentejo Interior, área de Mértola.

Consequentemente, o objectivo deste texto é dar a conhecer os resultados de um inquérito sobre como os portugueses percebem o fenómeno, bem como identificar através dessa percepção quais as áreas mais afectadas pela Desertificação. Tornava-se importante ter uma noção muito clara da percepção pública da Desertificação, uma vez que a imagem (por vezes deturpada) que as pessoas têm deste fenómeno pode facilmente comprometer acções de mitigação, mas revela não obstante pistas e orientações para acções futuras e medidas de disseminação de informação.

O facto de Portugal ser um dos países signatários do Anexo 4 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), pressupõe a existência de um Ponto Focal e de um Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, que foi apresentado

¹ <http://www.medalus.demon.co.uk/>

² <http://www.kcl.ac.uk/kis/schools/hums/geog/desertlinks/index.htm>

em 1998. Assim, pretendeu-se também avaliar se o público tinha conhecimento da existência desse plano e qual o ministério responsável pela sua implementação.

Metodologia

O método adoptado foi a realização de um inquérito com doze questões, estruturado com perguntas directas, para conhecer o perfil do inquirido (sexo, idade, grau de ensino). Perguntas de escolha múltipla acerca de como as pessoas tinham tomado conhecimento do conceito, e quais os factores que associavam a Desertificação. Os factores para a pergunta de escolha múltipla, "Que factores associa a Desertificação?", foram seleccionados a partir de respostas obtidas num inquérito anterior, efectuado a cerca de 500 indivíduos. Foi também perguntado se conheciam a existência de um plano e qual o ministério responsável pela sua implementação.

Enviou-se um exemplar do inquérito a cada delegado de Geografia das Escolas Básicas e Secundárias do País, através do *mailing* mensal da Associação de Professores de Geografia (AProfGEO), que assim tornou possível o lançamento do inquérito. Posteriormente, cada delegado reproduziu e distribuiu o inquérito através dos alunos e suas famílias. Desta forma foi possível obter um vasto universo de inquiridos, embora com uma clara dominância dos jovens em ideia escolar. Este facto, que poderia ser considerado uma limitação, representa pelo contrário uma vantagem, pois a percepção dos jovens deverá teoricamente ser melhor que a do público em geral, em virtude das matérias leccionadas em várias disciplinas.

A adesão a este exercício foi surpreendente, sendo o sucesso da total responsabilidade de inúmeros delegados por todo o País. Foram recebidos 7112 inquéritos, abrangendo 70 por cento dos municípios do País. Este sucesso explica-se em parte pela relevância das questões ambientais e pelo método utilizado, plenamente enquadrada nas matérias leccionadas em Geografia.

Discussão dos Resultados

Foram recebidos inquéritos de 278 Municípios do País, que representam 69.8 % do total, e os Distritos mais representados são Lisboa, Porto e Braga. Globalmente existe um predomínio nítido do número de respostas masculinas, 60.7 %.

	Inquéritos %	Masculino %	Feminino %
Aveiro	1.9	71.9	28.1
Beja	3.4	56.4	41.9
Braga	10.8	64.8	34.6
Bragança	4.2	56.1	43.0
Castelo Branco	0.8	60.5	39.5
Coimbra	4.2	58.8	37.4
Évora	1.4	71.8	28.2
Faro	5.6	63.3	36.4
Guarda	3.0	61.7	38.3
Leiria	3.0	51.6	47.7
Lisboa	28.9	57.8	41.4
Portalegre	3.0	67.3	32.0
Porto	12.9	61.4	37.8
Santarém	6.4	50.0	50.0
Setúbal	7.0	40.0	60.0

Viana do Castelo	0.3	59.4	39.1
Vila Real	1.0	64.9	34.3
Viseu	0.8	53.3	46.7
R.A. Açores	0.1	79.2	20.8
R.A. Madeira	0.1	62.8	37.2
Total	100.0	60.7	38.4

Tabela 1 – Distritos e Sexo dos inquiridos.

Visto que o inquérito foi direccionado para as escolas do Básico e Secundário, pode-se compreender facilmente o claro predomínio da classe 15-25 anos, seguido de menores de 15 anos (Figura 1).



Figura 1 – Estrutura etária dos inquiridos.

O grau de ensino dos inquiridos (Figura 2), além de reflectir e consubstanciar o que foi dito no parágrafo anterior, demonstra que o leque de inquiridos é bastante mais vasto que somente a população escolar; embora existam 7 % de inquiridos do primeiro e segundo ciclo existem também 15 % com formação superior ou profissional.

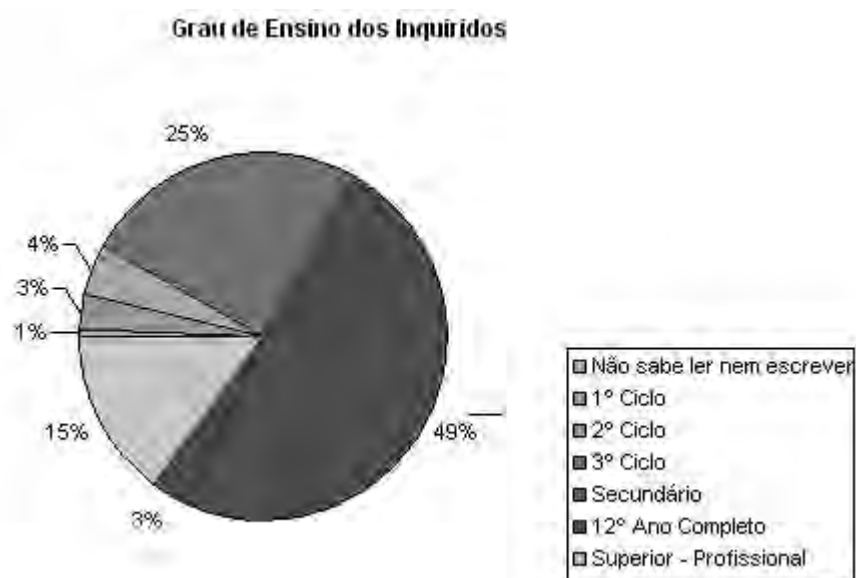


Figura 2 – Grau de Ensino dos inquiridos.

Quanto ao conhecimento do conceito de Desertificação, a resposta é maioritariamente "sim" (87 %) (Figura 3). Este resultado é, até certo ponto, previsível, por duas razões: em primeiro lugar existe uma clara dificuldade em se assumir desconhecimento, em segundo lugar porque o termo é utilizado frequentemente pelos *media* e pela classe política.

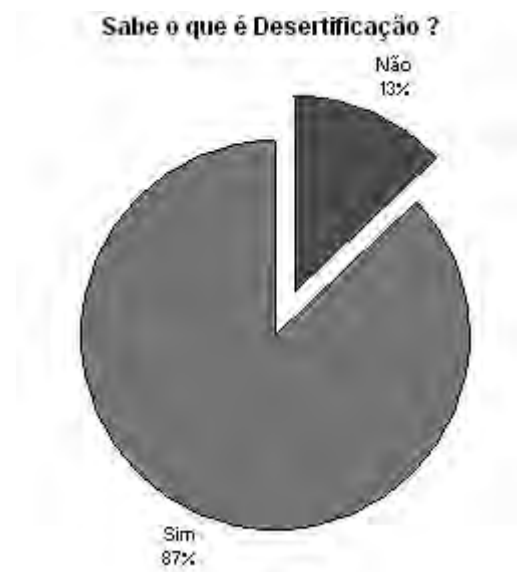


Figura 3 – Sabe o que é Desertificação.

O prévio conhecimento do importante papel de informação dos *media*, torna-se bem evidente na análise da Figura 4, referente aos resultados da segunda questão do inquérito. A televisão é o meio mais referido, seguido dos *media* escritos (jornais, revistas). Não deixa no entanto de ser curioso o pouco peso da rádio, certamente justificado pelo tempo limitado para difusão de notícias e debates acerca de questões e problemas ambientais.

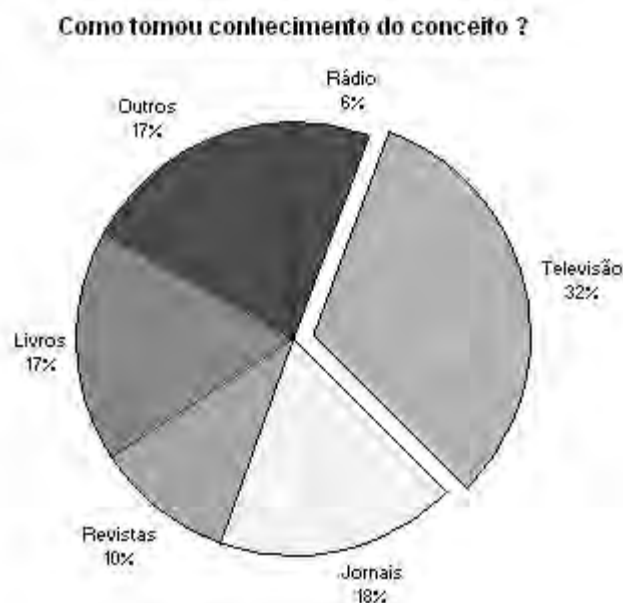


Figura 4 – Como tomou conhecimento do conceito ?

A questão sobre os factores aos quais os inquiridos associam Desertificação permitiu aferir qual a percepção efectiva do fenómeno. As respostas obtidas são bem elucidativas e permitem uma análise fundamental das imagens associadas à Desertificação. A Figura 5 demonstra sem qualquer equívoco que Desertificação significa, para uma grande maioria, despovoamento.

No entanto, com uma grande diferença, surge a falta de emprego e a desflorestação. Os factores referidos demonstram grande “desinformação”, que é explicada pela importância que os *media* têm na difusão de informação. Como já foi referido, o termo é geralmente utilizado no sentido de perda de população, desde os centros históricos das cidades ao despovoamento e êxodo rural.

Assim sendo, porque é no fundo este o conteúdo que é atribuído ao conceito, tanto a falta de emprego como a má qualidade de estradas e acessos têm também um elevado peso, pois acabam por ser apontadas como causas e características de uma certa interioridade. No interior do País, essas áreas com êxodo rural e despovoamento, fracamente dotadas de equipamento e infra-estruturas e onde os empregos escasseiam, são geralmente e muito erradamente referidas como “desertificadas”.

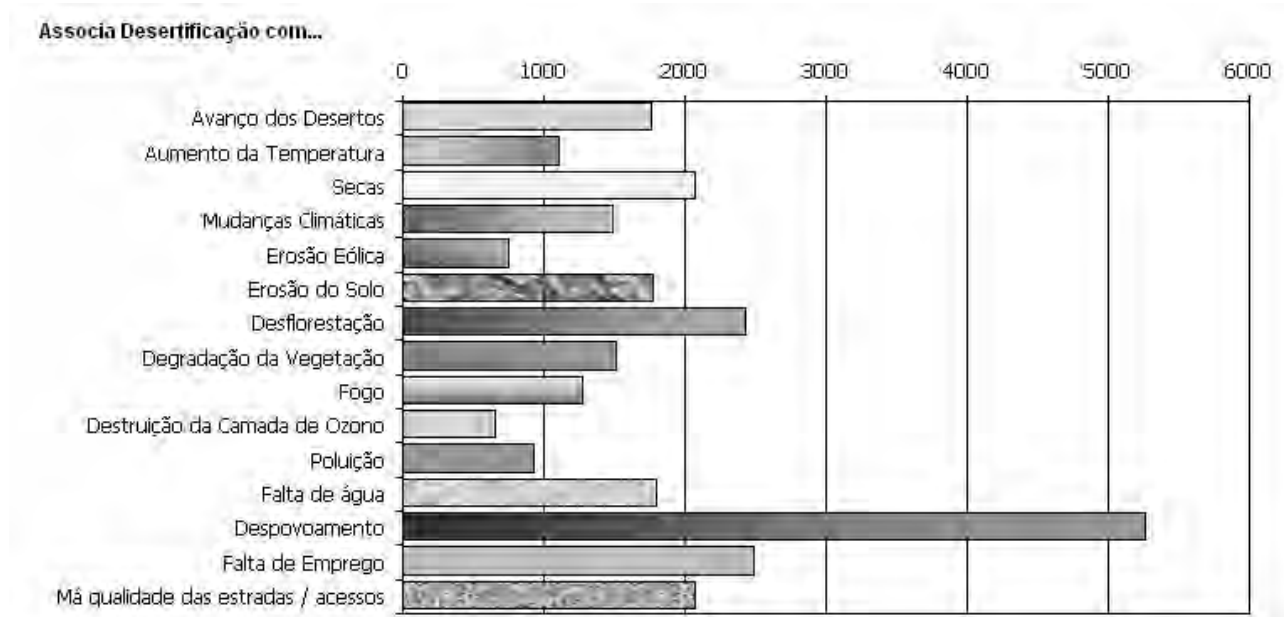


Figura 5 – Associa Desertificação com...

Tendo em conta o conceito de Desertificação, pode-se afirmar que os factores referidos mais ligados a ele são claramente a erosão do solo e degradação da vegetação, que podem acabar por levar a uma série de fenómenos sócio-económicos, por perda de fertilidade e produtividade do solo, acabando por originar êxodo rural e despovoamento, mas que são pouco mencionados pelos inquiridos.

Contudo, importa realçar que avanço dos desertos, aumento da temperatura ou falta de água, correspondem a factores que facilmente se conotam com Desertificação e que por isso têm um peso importante nas respostas, lembre-se o facto de nos anos de seca, a grande maioria dos títulos das notícias conter a palavra Desertificação.

A resposta à questão “Quais as áreas dos País mais afectadas ?” não causou surpresa (Figura 6). Uma vez que a pergunta era aberta, a análise dos resultados fez-se através da contagem de áreas mencionadas. O Alentejo é de longe a área mais apontada, com 44 % do total de respostas, seguido do “interior”, o que novamente realça a confusão e associação de ideias veiculada para a opinião pública.

Não obstante, a faixa interior de Portugal apresenta de facto sérias carências de equipamentos e infra-estruturas, falta de emprego e baixos índices de desenvolvimento, tendo registado nas últimas décadas perdas significativas de população. As respostas a inquéritos nalgumas dessas áreas referem, bastantes vezes, a própria região como área afectada, o que também faz todo o sentido em função da imagem associada a Desertificação.

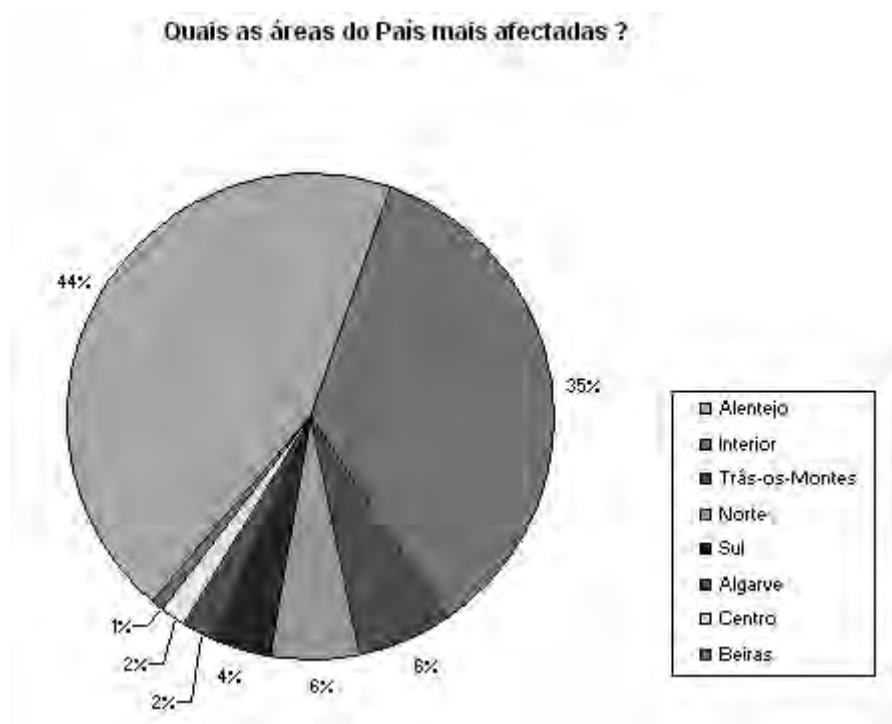


Figura 6 – Quais são as áreas do País mais afectadas ?

A questão referente ao conhecimento do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, que existe desde 18 de Junho de 1998 e onde são delineadas um conjunto de medidas e acções de mitigação ⁽³⁾, tinha por objectivo saber se os inquiridos conheciam o Programa e também se sabiam qual o ministério responsável pela sua implementação. Os resultados são claros, 71 % dos inquiridos não sabe da existência do Programa de Acção Nacional (Figura 7).

Quanto ao Ministério responsável pela implementação do Programa, o primeiro facto relevante é que somente 42 % dos inquiridos responderam e destes 61.7 % disseram não saber qual era. Como esta pergunta era aberta, muitos inquiridos indicaram várias hipóteses ou associaram vários nomes para um mesmo ministério, como tal o tratamento consistiu na contagem das áreas ministeriais mencionadas, até porque poucos ministérios foram designados correctamente.

³ Disponível em <http://www.dgf.min-agricultura.pt/v4/dgf/ficheiros/20020514104422PF.pdf>

É interessante observar que a maioria dos inquiridos (50,7 %) indicou Ambiente, o que de certa forma revela uma ténue ligação entre o fenómeno da Desertificação e as questões ambientais, o que é de certa forma paradoxal. Planeamento, Ordenamento e Território (Figura 8) são as outras áreas ministeriais mais referidas. A título de curiosidade pode-se referir que, quanto mais rural é a área de residência dos inquiridos mais referências existem a Agricultura, e que, ao invés, diminuem as referências a ordenamento do território (caso concreto do Distrito de Beja e Concelho de Mértola) (4).

A responsabilidade da implementação do Programa é da Direcção Geral de Florestas, Ministério da Agricultura (5), facto que revela uma percepção interessante sobre Desertificação por parte dos Governos, assumindo que a floresta é uma forma de combate à Desertificação, o que é discutível.

Sabe que existe um Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação ?

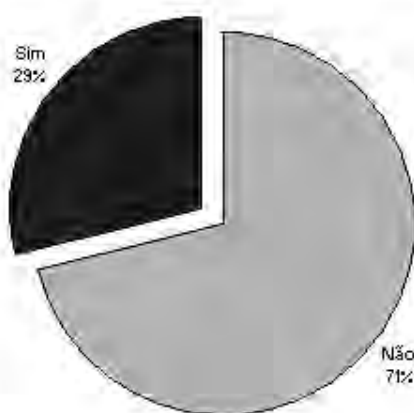


Figura 7 – Sabe que existe um Programa de Acção?

Qual o Ministério responsável pela implementação do Programa de Acção ?

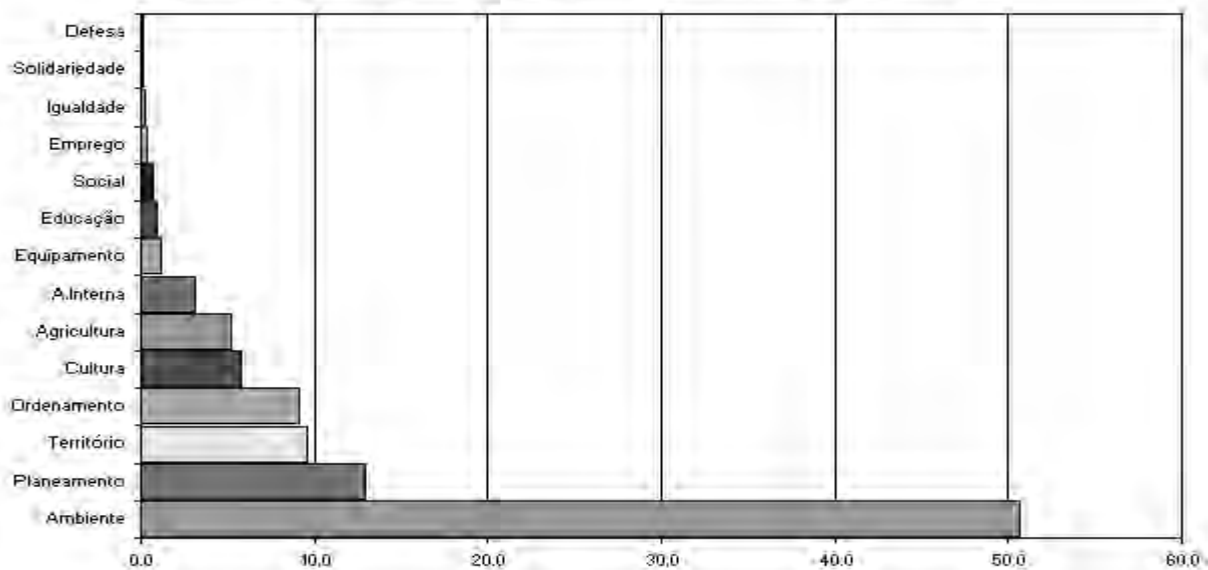


Figura 8 – Ministério responsável pela implementação do Programa de Acção ?

4 Áreas de estudo do Projecto Desertlinks.

5 <http://www.dgf.min-agricultura.pt/v4/dgf/primeira.php>

Como se pode concluir, a percepção que o público em geral tem do fenómeno da Desertificação está longe de corresponder ao problema real. Inclusive e sobretudo nas áreas mais afectadas, como são toda a faixa interior do País e que são caracterizadas por: litologias impermeáveis (xistos e outras rochas metamórficas), solos esqueléticos (litossolos), características climáticas semi-áridas ou sub-húmidas e com coberto vegetal pouco denso. Estas características tornam estas áreas marginais, em termos agrícolas e de utilização dos recursos naturais, como o solo e a água. Assim, a sua exploração ao longo do tempo, tem acentuado a degradação, a falta de sustentabilidade de algumas actividades agrícolas e contribuído decisivamente para a Desertificação.

Quando se lida com um fenómeno complexo como a Desertificação, que não apresenta um carácter catastrófico imediato, e cujas consequências são difíceis de identificar numa paisagem (somente num estado muito avançado), ou de avaliar economicamente, é essencial compreender e conhecer a imagem que os indivíduos têm. Esta é a única forma de idealizar uma melhor forma de informar e implementar acções e medidas de mitigação.

Contudo, também é necessário compreender como a "imagem" existente de Desertificação foi adquirida e criada, quais foram os meios de informação e os conteúdos que contribuíram para a sua formação. É sabido que na sociedade actual os *media* desempenham um papel extremamente importante na disseminação e transmissão de conhecimento para o cidadão em geral, sendo que no contexto deste inquérito ficou bem clara a importância tanto da televisão como dos jornais como principais fontes de informação.

Portanto, as razões para a maior parte da percepção que as pessoas apresentam acerca da Desertificação resultam da informação e notícias, transmitidas pelos *mass media*, mas que não constituem de facto um "tratamento" do assunto Desertificação. Através da análise de notícias em vários jornais nacionais e regionais, desde 1980 até ao presente, é possível observar e compreender que o termo Desertificação tem sido utilizado erradamente na maioria esmagadora dos casos. Especialmente durante campanhas eleitorais e discursos políticos, significando quase sempre abandono da terra, êxodo rural, fracas condições de vida, isolamento e falta de oportunidades de emprego.

As notícias e artigos apresentando o fenómeno Desertificação de uma forma correcta são raros, "ocorrem" sobretudo durante os períodos de seca, mas mesmo nessas situações e circunstâncias, este sério problema ambiental desvanece e deixa de ser notícia. Não obstante, a questão da informação é essencial no futuro, sobretudo quanto mais frequente é o uso irracional dos recursos naturais, sobretudo do solo. É fundamental que a ciência se torne verdadeiramente aplicada e útil à sociedade, por isso um maior contacto entre a investigação e os *media* deve ser promovido, de forma a possibilitar informação mais precisa e cientificamente correcta.

Para combater a Desertificação e se ter sucesso nas medidas e acções de mitigação deve-se ter um claro e aprofundado conhecimento da percepção geral que existe do fenómeno, bem como desenvolver estratégias e métodos que possibilitem uma disseminação de informação efectiva e de qualidade, tanto das causas como das consequências. No entanto, este estudo é somente um ensaio metodológico e de divulgação dos resultados, destinado a ser melhorado e aprofundado, mas apresentando resultados muito interessantes que confirmam a percepção que o público em geral tem de Desertificação.